

## **A AGRICULTURA FAMILIAR EM ARARAQUARA-SP, UMA ILHA FAMILIAR NO MAR DE CANA**

**Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira – DAPF e FCL-UNESP/Campus Araraquara**  
[darlene@fclar.unesp.br](mailto:darlene@fclar.unesp.br) ou [darlene-ferreira@uol.com.br](mailto:darlene-ferreira@uol.com.br)

**José Carlos Alves Pereira – IFCH-UNICAMP**  
[grandeabaete@yahoo.com.br](mailto:grandeabaete@yahoo.com.br)

**Ricardo Augusto Bonotto Barboza – SEBRAE/SAI- Araraquara**  
[bonottobarboza@hotmail.com](mailto:bonottobarboza@hotmail.com)

### **Introdução e Objetivos**

Ao contrário do que se costuma imaginar, na idéia de desenvolvimento não está imbricada apenas a noção de potencialidade de riquezas materiais. Se estes são objetivos necessários, não são suficientes para propiciar o equilíbrio econômico, social, ambiental de um país, região ou local.

Para além da necessária multiplicação de riquezas está a ampliação das possibilidades de torná-las acessíveis ao maior número possível de atores sociais, já que são resultados de ações socialmente elaboradas. Para isso, uma das idéias-chave é a valorização de identidades culturais combinada a das capacidades criativas humanas.

No caso da agricultura brasileira, o desenvolvimento de sua moderna base produtiva, além de não ter ocorrido de forma equilibrada nas diferentes regiões brasileiras, multiplicou riquezas por um lado, e por outro reduziu o número de pessoas que poderiam usufruir socialmente delas.

Muitos foram os trabalhadores rurais (pequenos proprietários, parceiros, posseiros, pequenos arrendatários, assalariados, etc.) que ficaram à margem das políticas de desenvolvimento agrícola e não conseguiram acompanhar o processo de modernização do setor. Esses trabalhadores tiveram que migrar para as pequenas cidades e daí para os grandes centros urbanos, se estabelecendo em geral nas áreas periféricas (WANDERLEY, 1995).

Assim, a modernização da agricultura brasileira teve um caráter tecnicista que permitiu o aumento da produção. Mas no que diz respeito à questão fundiária ela não foi democrática, porquanto não promoveu a desconcentração da propriedade fundiária.

Quanto à elaboração de políticas que viabilizassem a permanência no campo e a competitividade dos pequenos agricultores, essa modernização foi deficitária e, em algumas regiões, inexistente (WANDERLEY, 1995; GONÇALVES NETO, 1997).

A despeito dessa conjuntura adversa, muitos agricultores procuram permanecer em áreas onde a agricultura é pouco significativa comercialmente, ou onde a monocultura capitalista é hegemônica. Para isso, um das estratégias utilizadas por eles é a pluriatividade.

Tendo em vista o processo desigual de modernização da agricultura brasileira e o fenômeno da pluriatividade, nosso objetivo é analisar o potencial e a dinâmica de uma área – Município de Araraquara-SP – onde predominam as grandes lavouras capitalizadas (citricultura, voltada para exportação de suco, e a cultura canavieira para produção de açúcar e álcool), mas persistem

pequenos agricultores realizando atividades agrícolas e não agrícolas com o objetivo de permanecerem na área.

Sendo assim, objetivou-se caracterizar os produtores familiares, procurando identificar o potencial econômico, cultural, empresarial e educacional do grupo. Nossa preocupação principal esteve em identificar quais as estratégias utilizadas pelos produtores familiares de Araraquara para manterem seu *status quo* e em que conjunto de atividades estariam envolvidos.

### Referencial Teórico

O meio rural brasileiro – especialmente o da região Centro-Sul – vem sofrendo transformações quanto às formas de usos e explorações. A produção agrícola passou por um processo de modernização tecnológica e científica, o que propiciou safras recordes na última década.

Diante disso, muitos produtores familiares, sem possibilidades financeiras e fundiárias para serem inseridos no processo, tiveram que vender ou arrendar suas terras. Porém, outros procuraram resistir. Criaram suas próprias oportunidades e permaneceram como produtores em áreas dominadas pela monocultura capitalista. Trata-se do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas por famílias rurais dentro ou fora de suas propriedades com o objetivo de complementar, ou mesmo – em alguns casos – substituir as rendas geradas pelas atividades agrícolas (Schneider, 2001).

Alguns autores a concebem como um fenômeno de ruptura da unidade familiar ou a falência da atividade agrícola (Lacombe, 1984). Mas, outros apontam que as rendas obtidas das atividades não-agrícolas podem complementar e garantir o investimento na atividade agrícola, bem como podem significar uma secundarização estratégica desta no processo de reprodução social do grupo enquanto unidade familiar de produção (Carneiro, 1999).

No Brasil, o fenômeno da pluriatividade no campo têm adquirido relevância nos trabalhos de pesquisadores a partir de 1980. De modo geral, as pesquisas versam sobre as transformações tecnológicas, políticas e sociais no meio rural brasileiro apontando, sobretudo, para a modernização da base tecnológica da agricultura do país e uma espécie de “urbanização do campo”.

Atividades não-agrícolas têm sido desenvolvidas cada vez com maior frequência em áreas rurais; os contratos de trabalho – antes baseados em regras consuetudinárias agora são mediados por regras de jurisprudência; os hábitos de consumo e lazer dos habitantes do campo estão se modernizando na medida em que adquirem “cores e sabores” tipicamente citadinos.

Entretanto, seus impactos são diferenciados na vida dos sujeitos/atores sociais envolvidos em função de políticas públicas praticadas para o seu desenvolvimento, de sua trajetória social, dos seus projetos de vida, do prestígio político e social de que gozam em suas respectivas sociedades.

Sem desmerecer o debate contemporâneo sobre a pluriatividade, convém sinalizar brevemente de que modo esse fenômeno foi percebido por autores clássicos como Karl Kautsky e Alexander Chayanov no final do século XIX e início do século XX.

Karl Kautsky<sup>1</sup>, no escopo de análise marxista e, Alexander Chayanov<sup>2</sup> sem descartar tal escopo, mas incorporando novos elementos na análise, já chamavam a atenção para a prática de atividades não-

---

<sup>1</sup> KAUTSKY, Karl. A questão agrária.

<sup>2</sup> CHAYANOV, Alexander. Teoria da unidade econômica camponesa

agrícolas por famílias camponesas. Contudo, esses pesquisadores não chegaram a trabalhar com a nomenclatura “pluriatividade”. O primeiro trabalhou com a expressão *trabalhos acessórios*, já o segundo usou a expressão *atividades não-agrícolas*.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e, como consequência disso a concentração de riqueza pelos grandes proprietários, Kautsky (1968), indicava que – dentro desse processo – o pequeno camponês estaria fadado ao desaparecimento, já que se quisesse manter sua pequena propriedade teria que desenvolver trabalhos acessórios. Essa prática era o instrumento que poderia garantir a existência da pequena propriedade no capitalismo. Entretanto, ele apontaria para um processo de proletarização do pequeno camponês.

De acordo com Kautsky, a grande maioria dos camponeses alemães não dispunha de recursos para melhorar seus instrumentos de trabalho ou substituí-los por outros mais eficientes, como o poderiam fazê-lo os agricultores capitalizados que se tornavam mais competitivos no mercado. Tal fato colocava em cheque a reprodução social dos pequenos camponeses, posto que eles não conseguiriam se capitalizar e resistir a concorrência dos grandes agricultores. No entanto, os pequenos agricultores que não conseguissem se capitalizar não ficariam – de todo – fadados ao desaparecimento. Isto, se eles usassem como estratégias de reprodução social de sua categoria formas de *trabalhos acessórios*, que poderiam estar ligadas ou não às atividades agrícolas. Ao desenvolver trabalhos acessórios fora de sua propriedade, o pequeno agricultor tomava cada vez mais o caráter de proletário.

O pressuposto é que a manutenção da pequena propriedade seria funcional ao capitalismo na medida em que ela se torna uma reserva de mão-de-obra barata para grandes produtores capitalizados ou grandes industriários instalados nas áreas rurais.

Nessa perspectiva analítica podemos destacar alguns aspectos fundamentais sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura:

- a) a intervenção do Estado e/ou das empresas capitalistas é de fundamental importância para a criação de infraestruturas que viabilizem o desenvolvimento de trabalhos acessórios seja para a agroindústria, seja para indústrias domésticas;
- b) entretanto, a ação dessas instituições, mais do que proteger os camponeses visa mantê-los a sua ilhargia porquanto se constituem em modelos para políticas sociais e fonte de mão-de-obra barata.

Nesse sentido, Kautsky chama a atenção para a ação e influência de fatores externos (Estado, grandes produtores capitalizados, indústrias, etc.) ao núcleo familiar camponês forjando a manutenção ou supressão dessa categoria social. São os fatores macroeconômicos externos ao grupo familiar os determinantes na relação entre campesinato e capitalismo.

A perspectiva de Kautsky é diferenciada da abordagem de Alexander Chayanov (1974) na medida em que este último autor elege não os fatores externos, mas sim os internos (demografia do grupo familiar, relação entre quantidade de bocas para alimentar e quantidade de braços aptos a produzir, suficiência ou insuficiência de terras para ocupar toda a mão-de-obra familiar, etc.) como sendo os principais elementos na dinâmica da reprodução social da unidade familiar camponesa.

Quanto aos impactos sociais das atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos camponeses, Chayanov indica que elas não apontam necessariamente para um final fatalístico do campesinato, através do processo de proletarização, pois a renda obtida através das atividades não-agrícolas são significativas para o processo de reprodução social da família camponesa, visto que esse rendimento extra complementa a renda agrícola.

Mas, além do equilíbrio entre consumo e trabalho na unidade camponesa, Chayanov aponta para a importância de analisar e compreender o núcleo familiar como o centro que regula e operacionaliza a produção. Assim, as decisões não são tomadas por um único membro da unidade – no caso o chefe – mas pelo grupo familiar. Este fator é fundamental para se analisar e compreender os motivos, conseqüências e estratégias da execução de atividades não-agrícolas pelas famílias camponesas.

O grupo familiar pode se organizar de diversas formas em função das muitas estratégias de produção e reprodução. Algumas dessas formas de organização, mediante o exercício de atividades não-agrícolas, podem conduzir à ruptura da família camponesa.

É suscetível de acontecimento que um ou mais membros da unidade familiar de produção se desvincule desta, sem, no entanto constituir uma nova família. Isto acontece, principalmente, com os migrantes. Pode ocorrer também que indivíduos constituam novas famílias e se desvinculem das relações de trabalho do seu primeiro núcleo familiar.

Os motivos para isso são diversos como: desentendimentos na elaboração ou execução de projetos coletivos, casamentos, novas oportunidades que podem melhorar o nível de vida individual; etc. Neste último caso, o exercício de atividades fora da propriedade da família – sem a transferência da renda ou parte dela para o grupo - estaria no princípio do processo de ruptura da unidade familiar de produção.

Chayanov indica também que, existem formas de organização que viabilizam a coesão do grupo familiar desenvolvendo ou não atividades não-agrícolas. É o caso de membros que constituem novas famílias, mas permanecem nas terras de sua família de origem, ou até continuam a morar na casa onde já moram pai, mãe e irmãos.

Pode ser ainda que trabalhem em propriedades alheias, fábricas, lojas, etc., mas somam seus rendimentos salariais com os dos demais membros da família afim de que todo o grupo se beneficie de uma renda maior. Essa seria mais uma estratégia, entre outras, pela qual o grupo familiar estaria se organizando internamente para administrar e gerir atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e/ou fora de sua propriedade visando atingir um nível de vida confortável e manter sua reprodução social.

Assim, o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. Isso posto, a família camponesa não seria refratária às transformações econômicas, sociais e culturais advindas da dinâmica do capitalismo, contudo essas metamorfoses são mediadas a partir de fatores microeconômicos internos ao grupo familiar. Aí está o cerne da diferença entre as concepções analíticas de Chayanov e Kautsky que priorizou em sua análise a pressão dos fatores macroeconômicos externos à unidade familiar.

## Metodologia

De acordo com os cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 1995, há no Município de Araraquara-SP, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que desse número cerca de 750 propriedades medem entre 0,1 ha e 50 ha.

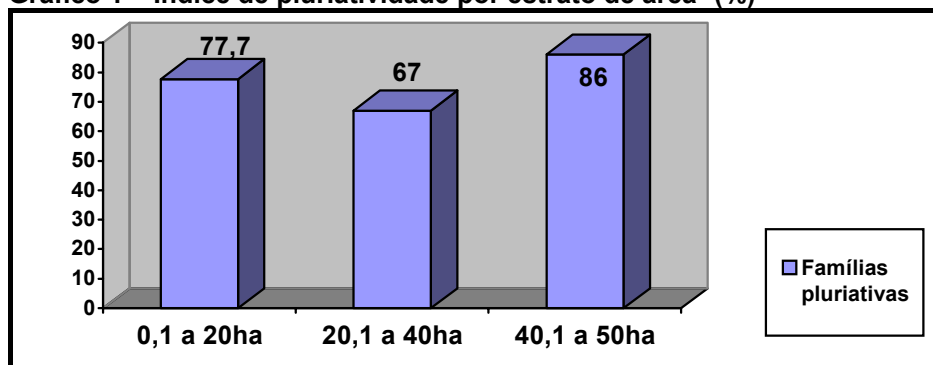
Como parte de nossa pesquisa aplicamos 308 questionários junto a produtores familiares com propriedades de 0,1ha até 50ha. Os produtores foram divididos em três grupos: 0,1ha a 20ha; 20,1ha a 40ha, e de 40,1ha a 50ha. Assim, cobrimos o que o INCRA define como minifúndios e pequenas propriedades, e analisamos os impactos da pluriatividade e da produção agrícola nos respectivos extratos de áreas. Dentre outras, selecionamos algumas informações para análise. São elas:

- impactos da produção agropecuária e da pluriatividade nos estratos de área analisados;
- perfil da produção agropecuária;
- destino da produção agropecuária;
- caráter da mão-de-obra ocupada com as atividades não-agrícolas;
- destino da renda das atividades não-agrícolas;
- por quais motivos, eventualmente, a família venderia sua propriedade; etc.

## Resultados

Ao investigar o potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas no município de Araraquara-SP, constatamos a presença de famílias pluriativas nas mais diferentes situações. Desde aquelas que o fazem para satisfazer necessidades emergenciais; por resposta aos estímulos de políticas públicas, bem como para capitalizar sua propriedade ou ainda resistir ao processo de modernização excludente em voga no campo brasileiro. Mas, se há esse forte potencial para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas pelos produtores, estes apresentam um potencial mais significativo ainda no que se refere à produção agropecuária.

**Gráfico 1 – Índice de pluriatividade por estrato de área<sup>3</sup> (%)**



Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

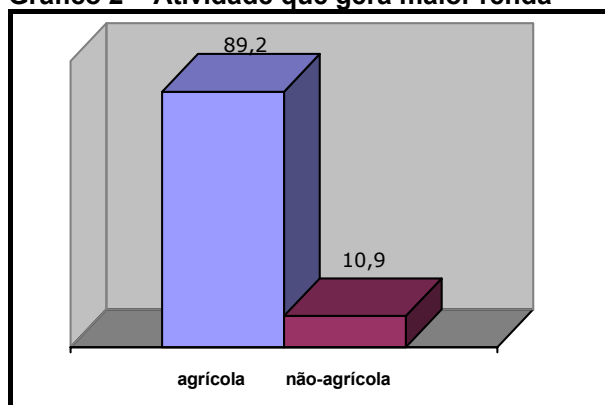
No cômputo geral 75% dos produtores são pluriativos. Mas, não há uma relação direta entre maior índice de pluriatividade e menor estrato de área. Ao contrário é no estrato maior (40,1 a 50ha) que o

<sup>3</sup> Em números absolutos, dos 308 produtores analisados, 232 são pluriativos.

índice de famílias pluriativas se apresenta mais elevado. Entre outras coisas, isso pode indicar que os agricultores desse estrato podem estar com maior dificuldade que os dos dois estratos menores de viver apenas da atividade agrícola, ou que desenvolvem as atividades não-agrícolas como estratégia de captação de recursos financeiros para potencializar ao máximo suas atividades agrícolas.

Esta última conjectura parece ser a mais plausível, pois o alto índice de pluriatividade – nos três estratos de área – não significa que as atividades não-agrícolas sejam as que geram maior renda, tampouco que há tendência para o abandono da atividade agrícola. Nesse aspecto, o Gráfico 2 indica que a atividade agropecuária continua sendo a atividade principal para a grande maioria das famílias pluriativas a despeito dos baixos índices de financiamento para elas como veremos mais adiante.

**Gráfico 2 – Atividade que gera maior renda**



*Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003*

Assim, atestam o seu forte vínculo com a terra com a terra – uma das principais características tanto do agricultor familiar quanto do campesinato. Ademais, para além das armadilhas semânticas que procuram esvaziar o conteúdo político-ideológico da expressão “camponês” ao substituí-la por outra “agricultor familiar” é oportuno destacar que para qualquer dos dois sujeitos/atores sociais a perenidade da atividade agrícola, ainda que exclusivamente para o auto consumo, é questão de primeira ordem em sua vida social mesmo em situações políticas e econômicas adversas à agricultura.

No caso dos pequenos proprietários, sejam as atividades organizadas ou não a partir do núcleo familiar, a tendência é que as atividades não-agrícolas coexistam simultaneamente às atividades agrícolas, sendo que uma delas pode ser a principal em termos de geração de renda para a família. No caso do município de Araraquara-SP, bem como de municípios gaúchos, catarinenses, e em regiões da França, etc. a principal atividade é a agricultura<sup>4</sup>. Esse dado revela que a agricultura familiar não é um fenômeno típico ou exclusivo de uma região. Além disso, contrariando as perspectivas de Kautsky, o seu vigor é constatado em regiões onde o capitalismo agrário já se encontra bastante desenvolvido.

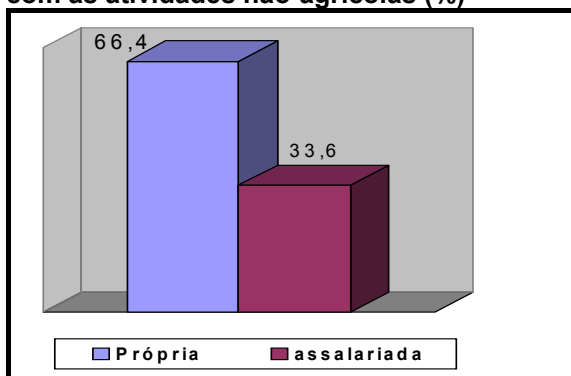
<sup>4</sup> Veja-se os respectivos trabalhos de Sérgio Schneider (2003) que aborda a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e de Maria José Carneiro sobre os agricultores franceses (1995)

Na categoria por nós analisada pode ser que sejam encontrados proprietários que também atuem como assalariados rurais, meeiros, parceiros ou arrendatários, contudo não exclusivamente como tal, já que dispõem de terras próprias para se ocuparem na atividade agrícola.

Isso posto, para os proprietários, os impactos da pluriatividade se por um lado apresentam-se de forma negativa fazendo-os diminuir o tempo ocupado com a agricultura, ou em alguns casos abandonar essa atividade, por outro ela se apresenta como uma estratégia de reprodução social do pequeno proprietário (agricultor familiar ou camponês).

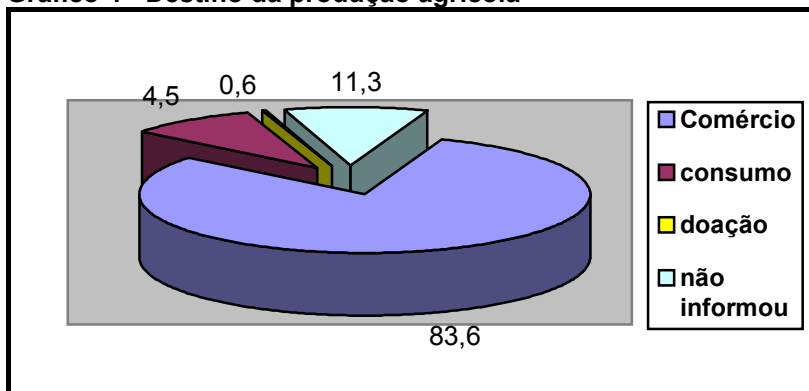
Para qualquer que seja desses sujeitos/atores sociais, ela pode indicar um processo explícito de assalariamento completo com a perda da propriedade, mas pode indicar também um assalariamento disfarçado com a manutenção da propriedade e da atividade agrícola voltada – em alguns casos exclusivamente para o auto consumo, mas noutros (e no caso de Araraquara a grande maioria) para o auto consumo e mercado concomitantemente. Veja-se os gráficos que se seguem:

**Gráfico 3 – Caráter da mão-de-obra ocupada com as atividades não-agrícolas (%)**



Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

**Gráfico 4 - Destino da produção agrícola**

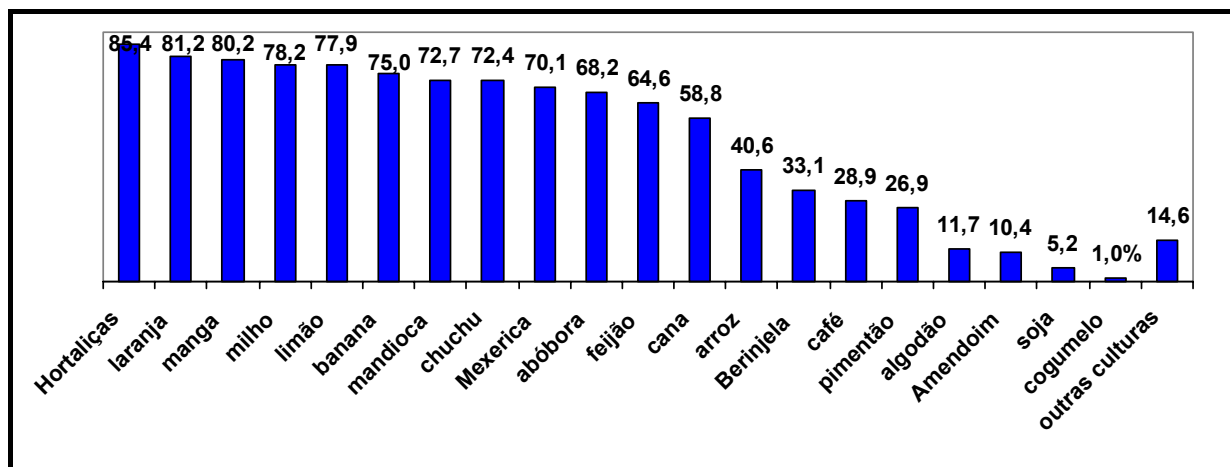


Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

Esses dois gráficos (3 e 4) indicam o caráter acentuadamente mercantil desses produtores e sua inserção na divisão social do trabalho, por um lado através da pluriatividade, já que a maioria desenvolve atividades não-agrícolas fora da propriedade, mas por outro lado – e principalmente – essa inserção é dada através do caráter mercantil tanto pelo fato de considerarem a atividade agrícola como sendo a principal fonte de renda, como por destinarem os produtos dessa atividade

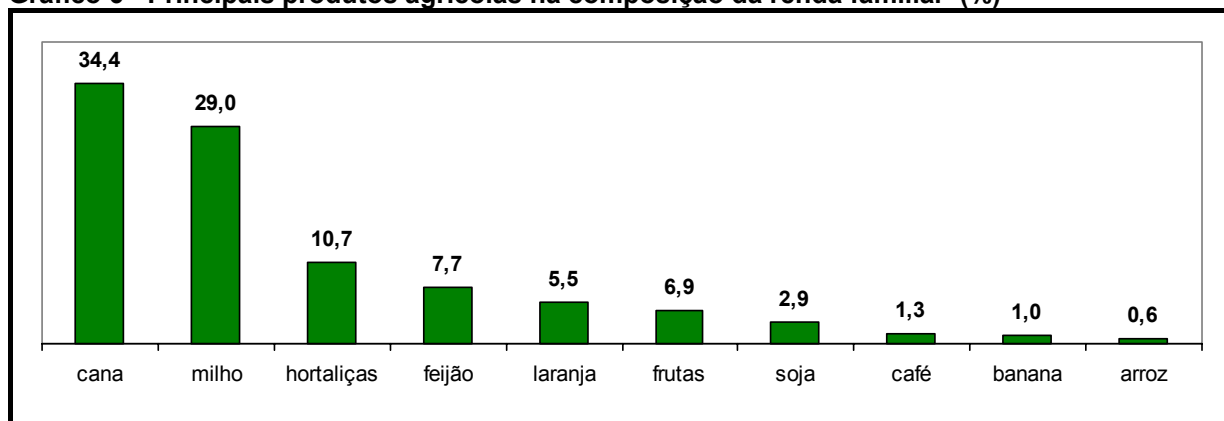
para o consumo e comércio concomitantemente. Vejamos o perfil da produção agropecuária e os produtos que são destinados para o comércio.

**Gráfico 5 - Perfil da produção agrícola (%)**



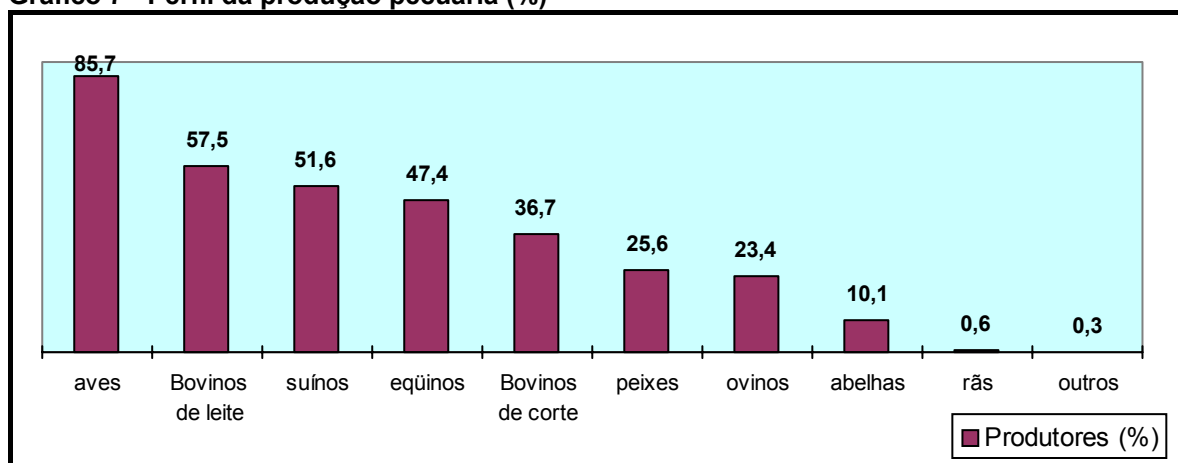
Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

**Gráfico 6 - Principais produtos agrícolas na composição da renda familiar (%)**



Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

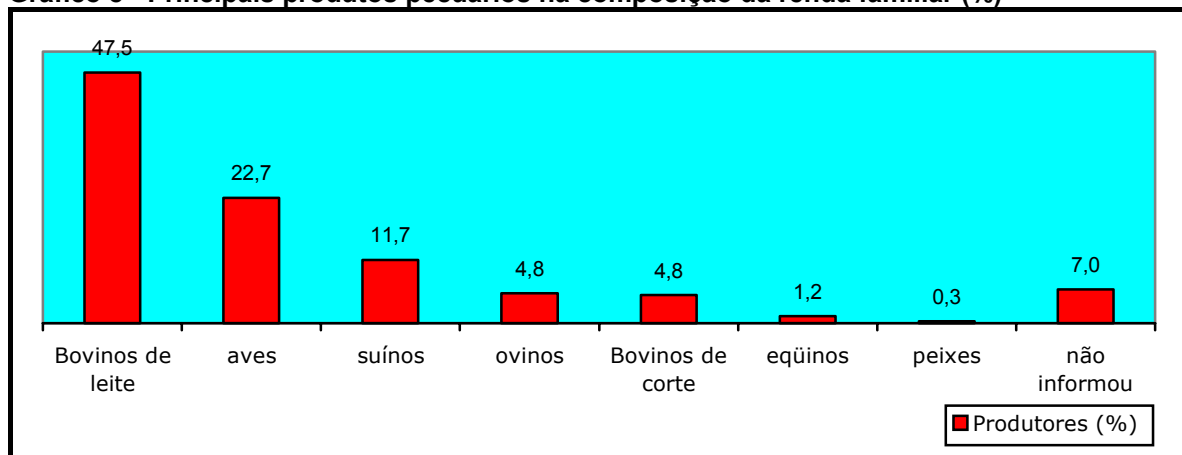
**Gráfico 7 - Perfil da produção pecuária (%)**



Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

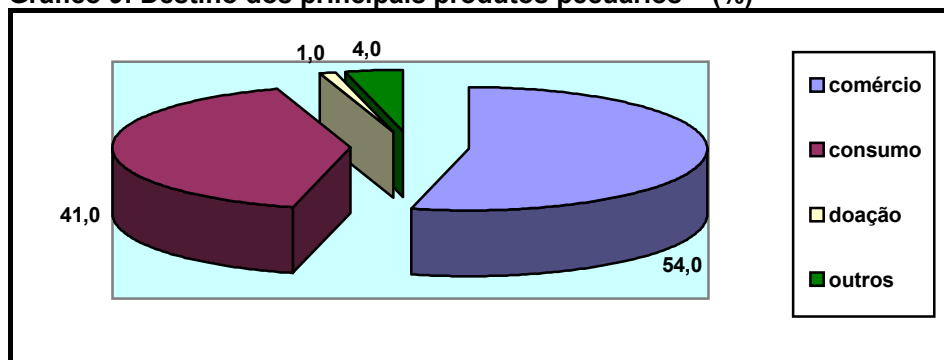


**Gráfico 8 - Principais produtos pecuários na composição da renda familiar (%)**



Fonte: Trabalho de campo realizado entre fevereiro e maio de 2003

**Gráfico 9: Destino dos principais produtos pecuários – (%)**



Fonte: Trabalho de campo - fevereiro/março de 2003

No que se refere ao destino da produção agropecuária é importante destacar que os produtos destinados para o comércio, em geral também o são para o consumo interno. É o caso do milho, hortaliças, feijão e frutas, bem como do leite, aves, suínos e ovinos. Assim, não se trata de uma agricultura empresarial, no sentido de elaborar a produção exclusivamente para o mercado. Embora a maioria dos produtores tenham vínculos mercantis, muitos produtos que entram nessa esfera de circulação também se destinam ao consumo.

Essa produção agropecuária altamente diversificada reforça aquela nossa tese do forte vigor e potencial da produção familiar no Município de Araraquara-SP, a despeito do caráter monocultor da região. Nesse sentido, vale ressaltar a participação desses agricultores nos arranjos institucionais para o desenvolvimento local, bem como a importância de políticas públicas para o setor.

No conjunto, esses gráficos apontam para duas questões:

- grande diversificação da produção – típica da agricultura familiar – seja para estratégias econômicas em se tratando de comercialização, seja para garantir o abastecimento interno da família;
- para a inserção dos produtores no mercado, sendo que nesse caso alguns produtos são mais significativos que outros. É o caso da cana, do milho, das hortaliças e verduras e dos bovinos de leite.

## **Conclusões**

Nossa reflexão sobre os resultados empíricos dessa pesquisa indica que a pluriatividade pode se configurar como um tipo de economia local, ou uma das estratégias de reprodução social de camponeses e/ou agricultores familiares. No entanto, ela não é suficiente para isso, posto que sua eficácia está subordinada a arranjos institucionais e a elaboração de projetos políticos voltados para o pequeno agricultor.

Assim, a pluriatividade não pode ser entendida apenas como uma estratégia de complementação da renda insuficiente proveniente da agricultura. Ela deve ser pensada também a partir de aspectos estruturais como a reprodução social do grupo familiar ou a maior capitalização de sua propriedade, a partir da concepção de projetos individuais e coletivos para os membros das famílias. Além disso, ela deve ser investigada na esteira dos processos políticos e ideológicos que orientam as formas sociais de produção no meio rural.

Nesse caso, é interessante pensar projetos de reforma agrária que, além do acesso a terra, possibilitem a permanência nela, principalmente para os jovens. Estes, não querem apenas trabalho. Também desejam se vestir bem, educação, saúde, lazer e participar ativamente nos processos sociais.

O potencial, tanto para as atividades agrícolas, como para as não-agrícolas, demonstrado pelos pequenos agricultores familiares e/ou camponeses no município de Araraquara-SP não é fato isolado no conjunto do país. No nosso caso, uma diferença pertinente e que esses agricultores resistem numa área onde a monocultura é hegemônica e seus representantes não poupam esforços para desestabilizá-los social, econômica e politicamente.

## **Referências Bibliográficas**

- CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA; BRUNO,R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-45.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- KAUTSK, K. **A questão agrária**. Tradução de: C. Iperioig. Rio de Janeiro: Laemmert , 1968.
- LACOMBE, P. La pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In: ASSOCIATION RURALISTE FRANÇAISE. **La pluriactivité dans les familles agricoles**. Paris: ARF, 1984.
- SCHNEIDER, S. **Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar**. Porto Alegre: [s.n.], 2001. 37f. Mimeografado.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/ 3, p.37-68, 1995.